

OPINIÃO PÚBLICA

Opinião Pública

ISSN: 0104-6276

cesop@unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas

Brasil

Bohn, Simone R.

Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006)

Opinião Pública, vol. 13, núm. 2, novembro, 2007, pp. 366-387

Universidade Estadual de Campinas

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32913206>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006)

Simone R. Bohn
York University

Resumo

O artigo analisa o comportamento eleitoral dos votantes evangélicos no Brasil e sua percepção sobre o regime democrático. Com base nas respostas dos entrevistados do ESEB 2002 e 2006 sobre o voto nas eleições presidenciais, a comparação do padrões de voto revelou a formação de apenas um importante grupo de identidade, mas não de interesse: enquanto no segundo turno de 2002, o candidato Lula foi o destinatário da maioria dos votos evangélicos identificados com o candidato Garotinho no primeiro turno, em 2006, o candidato à reeleição, Lula, não obteve margens de apoio entre os evangélicos significativamente maiores do que as conseguidas entre o restante dos eleitores. O artigo também destaca que os evangélicos são os eleitores mais insatisfeitos e ambivalentes com relação ao funcionamento da democracia no Brasil.

Palavras-chave: voto evangélico; clivagem religiosa; grupo de interesse; satisfação com a democracia

Abstract

The article analyses the electoral behavior of evangelical voters in Brazil and their perceptions about the democratic regime. Based on the ESEB2002 and ESEB2006 results about the vote in presidential elections, the voting patterns show the presence of an evangelical identity group, instead of an evangelical interest group. In 2002, the evangelical vote associated to the candidate Garotinho in the first round was directed to the candidate Lula in the second round; in 2006 the evangelical vote did not have a specific candidate in the second round. The article also shows that the evangelical voters are more dissatisfied and ambiguous with the functioning of democracy in the country than the other voters.

Key-words: Evangelical vote; religious cleavage; interest groups; satisfaction with democracy

Há um consenso na literatura de que o Brasil não se assemelha a casos nacionais em que a religião se constitui numa das clivagens fundamentais ou na clivagem principal da arena política. Em alguns países da Europa Ocidental, a religião, como base principal dos alinhamentos políticos, foi, durante muitos anos, o eixo estruturador do sistema partidário, o que contribuiu para a institucionalização, nessas sociedades, da clivagem religiosa (LIJPHART, 1977, 1979; LIPSET & ROKKAN, 1967; ROSE & URWIN, 1969). Contemporaneamente, em diversos países, como Bangladesh (SHEHABUDDIN, 1999) e Turquia (ÇARKOGLU & HINICH, 2006) por exemplo, a oposição entre partidos políticos secularistas e partidos religiosos ainda se mantém como elemento balizador do debate e da competição político-eleitoral. Esses cenários não se repetem no caso brasileiro.

Por outro lado, no decorrer dos últimos anos vêm se acumulando estudos que apontam para a crescente relevância do pertencimento religioso como variável para entender o comportamento político de determinados atores políticos e grupos sociais no caso brasileiro. Kalsing (2002), Oro (2001) e Pierucci (1989) mostram como a religião influencia a prática política de legisladores brasileiros, inclusive seu padrão de votação. Burdick (2005), Drogus (1999) e Selka (2005), por sua vez, expõem a importância da religião como elemento catalisador do ativismo social e expediente do qual alguns movimentos sociais utilizam-se para mobilizar seus membros.

Outros estudos, no entanto, dão um passo adiante. Eles demonstram não só que a religião é uma variável importante, como também que há uniformidade no modo como alguns grupos religiosos se relacionam com o universo político no Brasil. Essa similaridade de comportamento é particularmente visível no caso dos membros de denominações evangélicas. Ireland (1991) mostra como os evangélicos são politicamente ativos no âmbito local e Freston (2001) nas arenas políticas estadual e nacional. Bohn (2004), Fernandes et al (1998), Freston (1993), Novaes (2001), Oro (2003), Pierucci & Mariano (1992), Pierucci & Prandi (1995), entre outros, por sua vez, apontam que há homogeneidade no comportamento eleitoral dos votantes evangélicos.

O objetivo deste artigo é fornecer elementos para entender as similaridades de comportamento eleitoral dos membros de denominações evangélicas. Três são os argumentos principais. Em primeiro lugar, que as similitudes de comportamento político-eleitoral dessas minorias religiosas decorrem não de preferências partidárias e/ou por candidaturas específicas, mas das características particulares de cada pleito. Em outras palavras, o contexto político de cada eleição desempenha um papel primordial na mobilização ou desmobilização de identidades religiosas, que geram padrões claramente distinguíveis de concentração ou dispersão do voto. O artigo também procura avançar a hipótese de que o elemento que distingue os contextos políticos eleitorais é a presença ou ausência de candidatos publicamente

identificados como pertencentes a essas minorias religiosas e capazes de mobilizar politicamente sua identidade religiosa. Finalmente, argumenta que, ao contrário de um grupo de interesse claramente definido (como um *lobby*), os evangélicos devem ser vistos como um grupo de identidade (*identity-based group*). O que significa que, na relação com a esfera política, o fator crucial é a identidade evangélica, e não necessariamente a defesa de plataformas de ação claramente definidas e específicas a esse grupo religioso. Se essa última hipótese se confirmar, o caso brasileiro terá que ser repensado em termos de uma sociedade na qual, apesar de a clivagem religiosa não ser central, “a micro-política dos cristãos evangélicos” (VÁZQUEZ, 1999) tende a ter impacto cada vez mais importante na esfera política. Por fim, também testamos se essa micro-política evangélica se correlaciona com a disseminação de atitudes favoráveis à democracia no Brasil.

As eleições presidenciais de 2002 e de 2006 são usadas como pano de fundo para uma análise comparada. Esses dois pleitos formam, em conjunto, um interessante “experimento natural” (RYAN, 2007). Em primeiro lugar, por sua dinâmica própria, criaram dois contextos políticos polares. Em 2002, havia, no primeiro turno, um candidato, Anthony Garotinho, que se apresentou ao eleitorado na condição de evangélico e sistematicamente mobilizou sua identidade religiosa no decorrer de sua campanha eleitoral. Nas eleições presidenciais de 2006, por outro lado, as escolhas partidárias dos candidatos geraram uma situação em que simplesmente inexistiam candidatos porta-vozes de minorias religiosas ou claramente identificados com elas.

Além disso, há um segundo aspecto que torna o “experimento natural” ainda mais profícuo. No segundo turno da eleição presidencial de 2002, houve significativa transferência de votos do candidato identificado com as minorias religiosas para uma outra candidatura, a de Luiz Inácio da Silva, Lula, do Partido dos Trabalhadores (BOHN, 2004), que também participou das eleições em 2006 – dessa vez como candidato à reeleição. Isso levanta questões interessantes. Houve homogeneidade no comportamento eleitoral dos evangélicos em 2006? Eles votaram maciçamente em Lula? A “concentração do voto” – entendida como maior probabilidade de os evangélicos votarem em um candidato do que a probabilidade de os demais grupos religiosos votarem no mesmo candidato – indica que os evangélicos formam um grupo de interesse, uma vez que revela a preferência homogênea por determinada candidatura, partido político ou plataforma de ação. A “dispersão do voto” (ou seja, situações nas quais os evangélicos têm a mesma ou menor probabilidade de votar em um candidato do que qualquer outro grupo), por sua vez, confirma a hipótese de que, no presente momento e dado o modo de estruturação do sistema partidário brasileiro, os evangélicos formam somente um grupo de identidade.

Na próxima seção, discutimos o impacto político da prática religiosa em sociedades contemporâneas. Mostramos que enquanto alguns autores condenam com veemência a saída da religião do âmbito privado e seu reaparecimento na esfera política outros vêem positivamente a contribuição democrática das minorias religiosas cujo comportamento ajuda a fomentar o retorno do sagrado no político. Na seção subsequente, operacionalizamos a hipótese acerca da importância do contexto político na predição do comportamento eleitoral dos votantes evangélicos. Em seguida, apresentamos os resultados estatísticos baseados na análise do Estudo Social Brasileiro (2006), discutidos na seção final.

Religião e política em sociedades contemporâneas

Muito se debate atualmente sobre o papel da religião nas sociedades contemporâneas como um todo e na esfera política em particular. Há pouca ou nenhuma discordância de que, em agrupamentos sociais pós-modernos, a esfera religiosa não mais assume um papel primordial no modo de organização da sociedade (WEBER, 1998). O processo de secularização (HELLER, 1978) que foi fundamental à emergência dos estados-nação fez a religião refluir para o âmbito privado, transformando-a em opção individual de prática coletiva – ao invés de princípio fundamental de ordenação social.

Recentemente, no entanto, fala-se do “retorno do sagrado” e sugere-se que a religião, em um contexto de mundialização da cultura (ORTIZ, 1997) e de afloramento de identidades (étnicas, raciais etc), vem ganhado terreno, não como princípio organizativo do social, mas como elemento aglutinador de uma identidade – a identificação religiosa – que mobiliza para a ação coletiva, tanto social como política (ORTIZ, 2001)¹.

Na Inglaterra, nos anos setenta, Koss (1975) referia-se à importância do pertencimento religioso para se entender o comportamento político de determinados grupos sociais. Quase três décadas depois, MacAllister, Fieldhouse & Russell (2002) apontam para a existência, nesse país, de áreas nas quais a clivagem religiosa é bem mais saliente do que a clivagem de classe e, portanto, fundamental para o entendimento dos padrões de identificação partidária e do voto. De maneira similar, Kotler-Berkowitz (2001) mostra a importância da variável religião para o entendimento do comportamento eleitoral dos ingleses.

Talvez em nenhum país ocidental os estudos sobre a interseção entre política e religião tenham se tornado mais populares do que nos Estados Unidos nos últimos anos. Naquele país, diversos estudos apontam para a crescente importância da religião no universo político (BOLCE & DE MAIO, 1999; BROOKS,

¹ O presente artigo concentra-se na dimensão política.

2002; GILBERT, 1993; LAYMAN, 1997, 2001; LEEGE & KELLSTEDT, 1993). Layman (1997) mostra o crescente impacto da religião na escolha presidencial. A eleição de John Kennedy em 1960 e o aparecimento do chamado “voto católico” (DOLAN, 1992) já haviam revelado a importância desse fator. Grande parte dos estudos, no entanto, concentra-se no padrão de votação dos evangélicos norte-americanos, que são vistos como um grupo cujo comportamento eleitoral é bastante homogêneo e importante na determinação de resultados eleitorais.

De fato, o comportamento eleitoral dos evangélicos norte-americanos tem despertado o interesse até de publicações não-acadêmicas. O jornal *The New York Times*, por exemplo, tem se referido aos eleitores evangélicos como “hidden swing vote”: bloco de votantes que, por ser altamente uniforme, pode alterar o resultado final da eleição (NYT, 2004). Estudos acadêmicos confirmam esse diagnóstico. De acordo com Erzen (2005), os eleitores evangélicos contribuíram fortemente para a vitória de George Bush, do Partido Republicano, sobre John Kerry, do Partido Democrata, em 2004.

A revista *The Economist* (2004), por sua vez, relatou que as eleições presidenciais de 2004, em que 78% dos eleitores evangélicos votaram no Partido Republicano, marcaram “o triunfo da direita religiosa”. Diversos estudos partilham desta perspectiva. O já citado estudo de Erzen (2005) demonstra que 75% dos evangélicos normalmente votam nesse partido e que, entre os membros dessas denominações que freqüentam a igreja todas as semanas, esse número sobe para 81%. Em outras palavras, há uma grande semelhança no comportamento eleitoral desse grupo religioso. Green, Rozell & Wilcox (2003) and Wilcox (1996) apontam que essa semelhança viabilizou a ascensão e crescente importância político-eleitoral da direita cristã. O fato de a grande maioria desse grupo votar, em diferentes tipos de eleições e em distintas ocasiões, no mesmo partido revela que eles são um importante grupo de interesse. Votam sistematicamente no partido político que se auto-proclama defensor de conservadorismo social, especialmente em oposição ao aborto e ao casamento homossexual ².

Wilcox & Sigleman (2001) fornecem pistas importantes de como a filiação religiosa se traduz em comportamento político-eleitoral similar. Eles demonstram que, dentre todos os votantes norte-americanos, os membros desse segmento religioso são os eleitores que mais relatam não só ter sido contatados por organizações religiosas encorajando-os a votar e a selecionar candidatos específicos, mas também ter recebido informações sobre candidaturas em suas igrejas. Outros estudos já haviam apontado para o crescente papel das igrejas como “comunidades políticas” (WALD, OWEN & HILL, 1998) e para as repercussões na esfera política da socialização religiosa (GILBERT, 1993; HUCKFELDT, PLUTZER & SPRAGUE, 1993).

² Pode-se argumentar que os evangélicos norte-americanos votam no Partido Republicano porque se identificam com esse partido e não em virtude de seu pertencimento religioso. No entanto, a recente derrota nas eleições de 2006 de candidatos republicanos que se desviaram, no decorrer do seus mandatos, da defesa de metas associadas ao conservantismo social revela que a religião é fundamental e não a identidade partidária.

No contexto da América Latina, Berryman (1999) sugere que as religiões evangélicas (especialmente pentecostais) tenderão a crescer ainda mais no futuro, uma vez que sua estrutura organizacional em redes (CASTELLS, 1996) lhes permite serem mais eficazes na atração de novos seguidores. Apostando nesse cenário, dezenas de trabalhos têm procurado estudar as repercussões políticas do crescimento do evangelismo na região (BERRYMAN, 1996; CLEARY & STEWART-GAMBINO, 1997; GARRARD-BURNETT & STOLL, 1993; GASKILL, 1997; IRELAND, 1998; MARTIN, 1990; STOLL, 1990; SWATOS, 1994). Diversos estudos de casos nacionais – como Steigenga (2001) sobre Costa Rica e Guatemala, Fontaine Talavera & Beyer (1998) sobre Chile e Smilde (1998) sobre Venezuela – buscam entender se há similaridades no comportamento político e eleitoral dos evangélicos.

Outros trabalhos focalizam o impacto do crescimento do segmento evangélico para a manutenção de democracias estáveis na região. Grosso modo, há dois pólos opostos nesse debate. Gaskill (1997), por exemplo, argumenta que as religiões evangélicas na América Latina, ao invés de introduzir inovações políticas, simplesmente têm reproduzido a relação “patrão-cliente” típica, segundo ele, da cultura católica e de contextos políticos autoritários. Segundo esse autor, ao contrário de promover uma cultura cívica, a propagação do evangelismo na região associa-se à exacerbação de práticas clientelísticas previamente existentes. Ireland (1999), por sua vez, sugere que todas as principais denominações religiosas latino-americanas, inclusive as evangélicas, fomentam práticas associativas fundamentais à reprodução de uma democracia estável. Esse autor, assim como Berryman (1999) e Patterson (2005), demonstra que esse grupo religioso, ao participar ativamente em organizações religiosas, tende a desenvolver habilidades organizativas que mais tarde serão instrumentais à sua participação política democrática em organizações sociais pluri-religiosas. De maneira similar, Gomez, Meyers, Vazquez & Williams (1999) mostram que, no caso de sociedades pós-conflito como El Salvador, as organizações religiosas têm desempenhado um papel fundamental no encorajamento da participação política democrática, especialmente entre os grupos sociais mais vulneráveis, como mulheres e jovens.

No caso do Brasil, diversos trabalhos mencionados anteriormente demonstram a existência de similitudes no comportamento eleitoral dos votantes evangélicos. Há poucos trabalhos, no entanto, que exploram as causas dessas similaridades e suas conseqüências para o regime democrático. Esses são justamente os objetivos primordiais deste artigo. Em primeiro lugar, verificar quais fatores ajudam a entender porque os eleitores evangélicos votam de maneira similar. Em segundo – e objetivo secundário –, contribuir ao debate a respeito das tendências democráticas desse grupo social. Em outras palavras, examinar seu grau de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil e especialmente seu grau de adesão a esse regime político.

Problema e hipóteses

No primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, a maioria dos evangélicos votou no candidato Anthony Garotinho, que se apresentou ao eleitorado na condição de membro desse segmento religioso (BOHN, 2004). O mesmo estudo demonstrou que, no segundo turno, mais de 60% deles escolheram a candidatura de Lula do PT. Quatro anos depois, nas eleições presidenciais de 2006, nenhum dos candidatos presidenciais se identificou como membro desse segmento religioso. Apesar disso, Lula, que recebeu a maior transferência de votos dos evangélicos em 2002, figurou uma vez mais na lista de candidatos – na condição de postulante à reeleição. Diante desse cenário, qual foi o comportamento do eleitorado evangélico em 2006? A concentração dos votos em Lula foi maior do que a votação obtida por ele entre outros grupos religiosos? Lula foi o receptáculo da votação massiva recebida por Anthony Garotinho em 2002?

As respostas a essas questões têm implicações extremamente importantes. Em primeiro lugar, o voto maciço na candidatura Garotinho no primeiro turno da eleição presidencial de 2002 indica que os evangélicos compõem um importante grupo de identidade. A presença, em uma eleição, de um candidato evangélico capaz de mobilizar eficazmente, no decorrer da campanha eleitoral, sua filiação religiosa, tende a transformar o pertencimento religioso em uma identidade importante que, na esfera política, gera uma avalanche de votos evangélicos para seu colega de fé. Em outras palavras, a presença de uma candidatura publicamente percebida como evangélica produz uma elevada concentração de votos entre o segmento evangélico – que, não é preciso dizer, premia o candidato evangélico.

A transferência de votos de Garotinho para Lula em 2002, no entanto, cria um paradoxo, pois sugere que o segmento evangélico no Brasil pode ser também um grupo de interesse: o voto no segundo turno em 2002 em um candidato não publicamente identificado como evangélico parece sugerir a hipótese de que os evangélicos, além de grupo de identidade, formam também um importante grupo de interesse que viram na candidatura Lula a melhor oportunidade de realização de suas preferências de políticas públicas.

O contexto político-eleitoral da eleição presidencial de 2006 fornece, portanto, a oportunidade de verificar se o segmento evangélico vota em uníssono em um candidato – e em níveis superiores à votação dos demais grupos religiosos – mesmo diante da inexistência de candidaturas evangélicas. Se, em 2006, a probabilidade de os evangélicos votarem em Lula for significativamente maior do que a chance de os demais grupos religiosos escolherem o mesmo candidato, então pode-se concluir que, tal como os evangélicos norte-americanos, eles formam um importante grupo de interesse (Quadro 1). A dispersão do voto evangélico em 2006 (a probabilidade de eles votarem em um candidato não é estatisticamente superior

à chance de o restante da população brasileira votar no mesmo candidato), no entanto, indica que os votantes evangélicos são apenas um grupo de identidade. Diante da ausência de candidatos que publicamente são percebidos como partilhando sua fé, a identidade evangélica não tem como ser mobilizada e, portanto, eles tendem a dispersar seu voto em distintas candidaturas.

Quadro 1. Cenários eleitorais e voto do segmento evangélico.

Candidato evangélico	Concentração do voto	Dispersão do voto
Presença	Grupo de identidade	Não são grupo de identidade
Ausência	Grupo de interesse	Não são grupo de interesse

A expectativa aqui defendida é que a segunda hipótese tende a ser confirmar, sobretudo porque, no modo de estruturação do sistema partidário brasileiro, o eixo conservantismo social/progressismo social não divide de maneira nítida o espectro partidário, como no caso norte-americano (COPPEDGE, 1997; KINZO, 1990). Dessa forma, espera-se a dispersão do voto evangélico em 2006 e a sua confirmação como grupo de interesse.

Como essas hipóteses são testadas? Em primeiro lugar, realizamos um teste de qui-quadrado de Pearson para verificar se houve concentração ou dispersão do voto evangélico em 2006, no sentido aqui definido. Em seguida, realizamos uma análise probit para verificar se a variável religião explica o padrão de votação na eleição presidencial de 2006.

Por fim, também através do teste qui-quadrado e análise probit, testamos o grau de satisfação desse segmento religioso com o funcionamento da democracia no Brasil e seu grau de adesão democrática. Como descrevemos acima, parte da literatura indica que esse grupo tende a desenvolver práticas não conducentes ao fomento de uma cultura cívica. Outra parte indica que a experiência participativa desse grupo em organizações religiosas cria um importante capital social (PUTNAM, 1993) que contribui positivamente para a manutenção de uma democracia estável. Como não há consenso na literatura, não há nenhuma expectativa a respeito da direção da variável (isto é, se os evangélicos avaliam melhor ou pior a democracia no Brasil do que outros grupos religiosos ou mesmo se são mais ou menos ambivalentes em relação ao regime democrático).

Dados e resultados

Os resultados do teste de qui-quadrado de Pearson apresentados na Tabela 1 indicam que a proporção na qual os evangélicos (pentecostais e não-pentecostais) votaram na candidatura Lula não foi significativamente diferente da probabilidade de os demais grupos escolherem o mesmo candidato. De fato, eles votaram em Lula em sua maioria, mas não em taxas que sejam estatisticamente mais altas do que a proporção de voto obtido por esse candidato entre o restante da população. Ou seja, eles não repetiram para Lula em 2006 o apoio que deram para Anthony Garotinho em 2002.

O mesmo não é visível no caso de outros grupos religiosos. A probabilidade com a qual os eleitores católicos optaram pela candidatura Lula (71%), por exemplo, foi significativamente diferente da dos outros segmentos religiosos. No caso das pessoas sem religião, por outro lado, foi possível observar que a probabilidade de eles apoiarem a candidatura Lula foi significativamente menor de que o restante da população brasileira ³.

Tabela 1. Voto em Lula em 2006 e religião

Voto em Lula (em %)	Não	Sim	Voto em Lula (em %)	Não	Sim
Evangélicos pentecostais	35.25	64.75	Evangélicos não-pentecostais	47.62	52.38
Outros grupos religiosos	32.18	67.82	Outros grupos religiosos	32.31	67.69
Pearson chi2 (1) = 0.4956 Pr = 0.481			Pearson chi2 (1) = 2.1805 Pr = 0.140		

Voto em Lula (em %)	Não	Sim	Voto em Lula (em %)	Não	Sim
Católicos	28.88	71.12	Sem religião	44.87	55.13
Outros grupos religiosos	40.21	59.79	Outros grupos religiosos	31.44	68.56
Pearson chi2 (1) = 10.8810 Pr = 0.001			Pearson chi2 (1) = 5.7977 Pr = 0.016		

Fonte: ESEB, 2006.

Na verdade, não houve, nas eleições presidenciais de 2006, qualquer uniformidade detectável no voto do segmento evangélico. Tal como mostra a Tabela 2, nenhuma das probabilidades do qui-quadrado de Pearson é significativa no caso das denominações evangélicas. Ao contrário do que ocorreu em 2002, é possível afirmar que, no caso dos evangélicos, nenhum padrão de concentração do voto único a esse grupo – que os distinga dos demais – foi visível em 2006. A probabilidade de eles votarem em um candidato específico (seja Lula, Alckmin, Heloísa Helena, Cristóvam Buarque ou Luciano Bivar) não foi significativamente maior do que a chance de qualquer outro grupo votar no mesmo candidato. Assim, não houve nada em seu padrão de votação em 2006 que os diferenciasse claramente dos demais grupos religiosos.

³ É interessante observar que, em 2002, 56.2% deles votaram em Lula (BOHN, 2004), número praticamente idêntico ao de 2006.

**Tabela 2. Probabilidades dos Qui-quadrados de Pearson
(cross-tabulação: voto em 2006 e religião)**

Voto	Lula	Alckmin	H. Helena	C. Buarque	L. Bivar
Católicos	0.001	0.030	0.006	0.669	0.313
Evangélicos pentecostais	0.481	0.179	0.823	0.570	0.527
Evangélicos não-pentecostais	0.140	0.645	0.286	0.128	0.820
Sem religião	0.016	0.094	0.184	0.943	0.649

Fonte: ESEB, 2006.

Esses resultados, no entanto, são limitados, uma vez que examinam a variável religião de maneira isolada, e os efeitos da inter-relação entre religião e outros fatores, como renda e educação, não foram examinados. Essas interações podem transformar a religião evangélica em uma variável significativa na explicação do voto em 2006.

Para entender o peso do fator religião e, em especial, do pertencimento ao grupo religioso evangélico, na determinação da escolha eleitoral presidencial, realizamos uma análise probit⁴. Essa análise é importante na medida em que introduz uma série de controles à variável religião, tais como renda, educação, gênero, auto-posicionamento esquerda-direita, nível de sofisticação política, avaliação do governo Lula e rejeição a diferentes partidos políticos⁵. A Tabela 3 contém os resultados dessa análise, apresentados em duas colunas, uma para o primeiro colocado (Lula, do PT) e outra para o segundo (Alckmin, do PSDB).

Os dados revelam que, controlando pelos fatores mencionados, a variável religião não teve qualquer poder explicativo na votação de Lula em 2006. Além disso, o impacto do pertencimento às diferentes denominações evangélicas não foi estatisticamente diferente do impacto da filiação a qualquer outro grupo. Controlado pela série de fatores mencionada, é possível afirmar que a candidatura Lula não foi capaz de mobilizar a identidade evangélica da mesma maneira que Anthony Garotinho o fez em 2002. Esses resultados também indicam que o grupo de eleitores evangélicos não forma um grupo de interesse que identifica a candidatura Lula como a melhor para defender seus interesses vitais. Desse modo, a transferência de votos de Garotinho para Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 2002 deve ser vista como esporádica e motivada por fatores conjunturais e não estruturais, como o apoio ao programa partidário de Lula.

⁴ Todas as outras religiões não elencadas na Tabela 3 formam o grupo de controle.

⁵ A definição dessas variáveis de controle é apresentada no Apêndice.

Tabela 3. Análise de probit com determinantes do voto em candidato presidencial em 2006.

Variável Independente: voto em candidato presidencial em 2006 (primeiro turno)	Voto em Lula	Voto em Alckmin
Renda (menor = 1; maior =10)	-.0530 (.0845)	-.1005 (.1018)
Gênero (mulher=1; homem=0)	-.4634+ (.2646)	.1743 (.3007)
Faixa etária (jovem=1; idoso=5)	-.0966 (.1076)	-.0780 (.1263)
Educação (menor = 1; maior =8)	-.1303* (.0636)	.0686 (.0750)
Auto-posicionamento esquerda-direita (esquerda=1; direita=11)	-.0092 (.0489)	.0035 (.0530)
Sofisticação política (1=baixa sofisticação; 10= elevada sofisticação)	-.1010+ (.0526)	.0868 (.0602)
Avaliação do governo Lula (1=muito bom; 4=péssimo)	-1.1040*** (.2118)	.9593*** (.2065)
Rejeição ao PT (1=jamais votaria nesse partido; 0=votaria)		-1.7533*** (.3462)
Rejeição ao PSDB (1=jamais votaria nesse partido; 0=votaria)	1.1249*** (.3217)	
Rejeição ao PFL (1=jamais votaria nesse partido; 0=votaria)	-.1934 (.2919)	-.5513+ (.2836)
Rejeição ao PMDB (1=jamais votaria nesse partido; 0=votaria)	.2755 (.2763)	-.8659** (.3440)
Religião católica (1=membro; 0=não membro)	.0300 (.4304)	.9560+ (.5628)
Sem religião (1=sim; 0=não)	.0755 (.5259)	1.0707+ (.6360)
Denominações evangélicas pentecostais (1=membro; 0=não membro)	-.1656 (.5082)	.8848 (.6342)
Denominações evangélicas não-pentecostais (1=membro; 0=não membro)	.8979 (1.2145)	
Constante	4.1121*** (.9508)	-.24232* (1.1179)
Prob > Chi2	.0000	.0000
Pseudo R2	.3898	.4796
N	195	193

***p<.001; **p<.010; *p<.050 (erro-padrão entre parentêses)

Fonte: ESEB, 2006.

Um aspecto interessante emerge da Tabela 3. Os dados revelam que a eleição presidencial de 2006 foi um referendo da administração do presidente Lula, ou seja, a expressão do voto econômico retrospectivo (FIORINA, 1981). De fato, quanto melhor um indivíduo avalia o governo do momento, maior a probabilidade de esse(a) eleitor(a) votar no candidato à reeleição. Similarmente, mas de maneira invertida, a candidatura Alckmin se beneficiou significativamente da má avaliação da gestão iniciada em 2003.

Os dados mostram que os evangélicos no Brasil não formam um grupo de interesse da maneira como seus pares nos Estados Unidos o fazem. Os membros das denominações evangélicas no Brasil compõem um grupo de identidade, cuja ação unificada na esfera político-eleitoral depende fortemente da presença de um candidato presidencial publicamente identificado como pertencente a esse segmento e capaz de mobilizar sua filiação religiosa para atrair votos.

Evidentemente, o fato de os evangélicos, até o presente momento, não se comportarem na esfera político-eleitoral como grupo de interesse pode decorrer do padrão de estruturação do sistema partidário brasileiro. Ao contrário do bipartidarismo dominante nos Estados Unidos, no qual um partido socialmente conservador opõe-se a um partido liberal, o multipartidarismo brasileiro complicou sobremaneira a justaposição das clivagens sociais sobre o sistema de partidos. Assim como não é possível distinguir quais partidos são claramente conservadores no que se refere a questões sociais, da mesma forma, até o presente momento, não há nenhum partido político competitivo nas eleições presidenciais que mobilize sistematicamente a identidade evangélica para fins eleitorais.

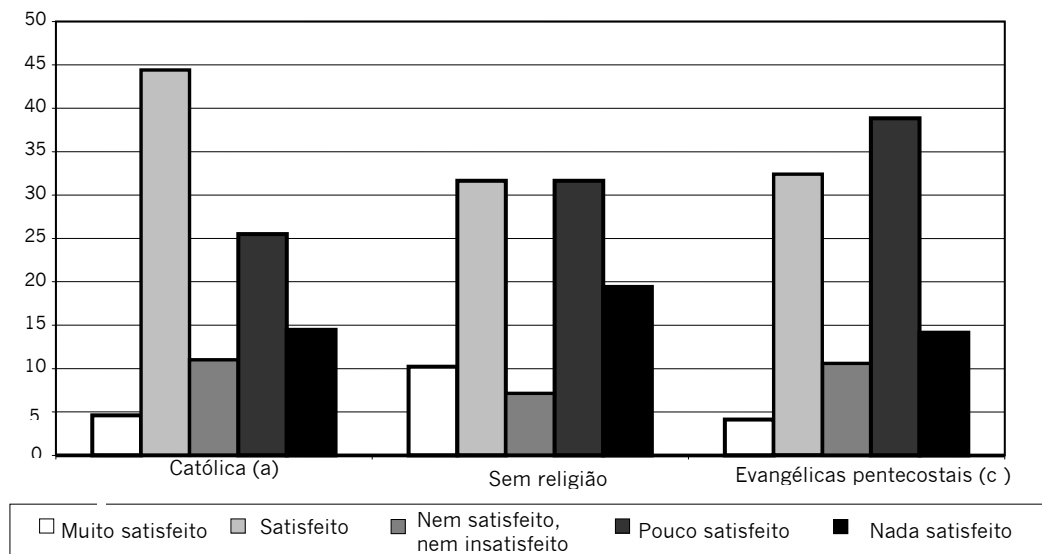
Até aqui o artigo analisou se o segmento evangélico é um grupo de identidade ou um grupo de interesse e mostrou que, no presente momento, os evangélicos são apenas um grupo de identidade. Resta observar suas percepções a respeito do regime democrático no Brasil.

Com esse objetivo, primeiro analisamos seu grau de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil, e verificamos se os eleitores evangélicos apresentam, em maior número, atitudes de ambivalência em relação à democracia: nesse sentido, verificamos em que medida eles revelam uma maior preferência por regimes autoritários ou são indiferentes à democracia.

Os dados do Gráfico 1 mostram que o segmento evangélico conforma o grupo religioso com os níveis mais baixos de satisfação com o funcionamento do regime democrático no Brasil. Cerca de 53% dos evangélicos pentecostais mostram-se pouco ou nada satisfeitos com o desempenho da democracia brasileira. Entre os evangélicos não-pentecostais, essa proporção sobe para aproximadamente 62%. Por outro lado, apenas 40% dos católicos estão insatisfeitos com o regime democrático.

Gráfico 1

Satisfação com o desempenho da democracia no Brasil, por denominação religiosa



Pr of Pearson Chi2: (a) .001; (b) .031; (c) .038

Fonte: ESEB, 2006.

O grau mais elevado de insatisfação com o funcionamento da democracia no país entre os evangélicos traduz-se em atitudes ambivalentes em relação a esse regime político? Para responder a essa pergunta foi realizada uma análise probit dos determinantes de ambivalência democrática⁶, cujos resultados são mostrados na Tabela 4.

Os dados revelam que a ambivalência em relação à democracia é uma opinião típica de pessoas mais jovens, sem identidade partidária, insatisfeitas em relação ao desempenho desse regime político e que acreditam que não faz muita diferença quem governa o Brasil.

Dentre os grupos religiosos incluídos na Tabela 4, o grupo evangélico apresenta a maior probabilidade de possuir atitudes ambivalentes em relação à democracia⁷. A probabilidade de um membro da religião católica desenvolver opiniões ambivalentes em relação à democracia é de 0.73. A mesma probabilidade para uma pessoa sem religião é de 0.98. Para os evangélicos pentecostais o número é maior: 0.99. Portanto, a probabilidade de um eleitor evangélico ser

⁶ Ambivalentes em relação à democracia são tanto aqueles que consideram que “em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia” quanto os que acreditam que “tanto faz, nenhuma das duas é melhor”.

⁷ Após a estimação do modelo probit, foi realizada análise dprobit (um comando do pacote estatístico STATA), que revela a mudança de probabilidade quando a variável dummy (binária) estimada passa do valor de zero a um. Os números para as variáveis binárias mencionadas no texto foram extraídos dessa segunda estimação.

ambivalente em relação à democracia é 36% maior do que a de um católico. Todos esses resultados são estatisticamente significativos e demonstram que não só os evangélicos pentecostais são o segmento religioso que mais se mostra insatisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil como também são os mais indiferentes à democracia e os que mais acreditam que, em algumas situações, regimes autoritários são melhores do que democracias.

Tabela 4. Análise de probit com os determinantes de ambivalência em relação ao regime democrático

Variável Independente	Ambivalência
Renda (menor = 1; maior =10)	1.3683 (.0729)
Faixa etária (jovem=1; idoso=5)	-.2530* (.1080)
Educação (menor = 1; maior =8)	-.0896 (.0613)
Auto-posicionamento esquerda-direita (esquerda=1; direita=11)	-.0029 (.0419)
Identidade partidária (1=sim; 0=não)	-.5911* (.2822)
Sofisticação política (1=baixa sofisticação; 10= elevada sofisticação)	.0822 (.0465)
Satisfação com o desempenho da democracia no Brasil (1= satisfeito e muito satisfeito; 2= nem satisfeito, nem insatisfeito; 3= pouco ou nada satisfeito)	.2325* (.0960)
Avaliação do desempenho dos partidos políticos (1= péssima; 6= ótima)	-.0211 (.0745)
Faz diferença quem governa o Brasil (1= faz grande diferença; 5= não faz diferença)	.6969** (.2361)
Religião Católica (1=membro; 0=não membro)	6.1173*** (.6404)
Sem religião (1=sim; 0=não)	5.7950*** (.7128)
Denominações evangélicas pentecostais (1=membro; 0=não membro)	5.9011*** (.6751)
Constante	-7.4550*** (.6575)
Prob > Chi2	.0000
Pseudo R2	.1971
N	248

***p<.001; **p<.010; *p<.050 (erro-padrão entre parentêses)

Fonte: ESEB, 2006.

Considerações finais

A comparação entre o padrão de voto do segmento evangélico nas eleições presidenciais de 2002 e de 2006 revelou que esse grupo forma um importante grupo de identidade. Seu comportamento eleitoral tende a ser homogêneo somente diante do impacto causado pela presença de uma candidatura publicamente identificada como evangélica e capaz de mobilizar esse fator na atração de votos. Em outras palavras, somente candidatos evangélicos são capazes de obter margens significativamente maiores entre eleitores evangélicos do que entre os demais grupos da população brasileira.

A ausência de tal candidato na disputa presidencial de 2006 resultou na impossibilidade de mobilização da filiação religiosa. Isso ajuda a entender porque Lula, o destinatário da maioria dos votos dos evangélicos no segundo turno em 2002, não obteve, entre os evangélicos, margens de apoio significativamente maiores do que as conseguidas entre o restante dos eleitores. Ou seja, Lula não conseguiu repetir a concentração das preferências evangélicas da qual Anthony Garotinho se beneficiou em 2002.

Esse resultado coaduna-se com os achados de trabalhos a respeito de outros contextos sociais. Barreto (2007), por exemplo, demonstra que a presença de candidatos de origem latina em eleições nos Estados Unidos não só mobiliza a base de eleitores latinos (que votam em maior número) como também aumenta as taxas de votação de candidatos latinos.

Além disso, o contraste entre os desempenhos de Lula em 2002 e 2006 entre os evangélicos indica que esse grupo, até o presente momento, não forma um grupo de interesse, isto é, não atua na esfera político-eleitoral com base na tentativa de concretizar um projeto político específico. O modo de estruturação do sistema partidário pode ser a chave para a explicação da razão pela qual, ao contrário dos evangélicos norte-americanos, seus pares brasileiros não se transformaram também em um poderoso grupo de interesse que, em virtude da homogeneidade do seu comportamento eleitoral, se revelasse capaz de alterar o resultado de eleições.

Assim, embora o comportamento do eleitorado evangélico reintroduza o sagrado no político, só o faz em contextos político-eleitorais muito específicos: em disputas eleitorais nas quais candidatos evangélicos que sistematicamente mobilizam sua filiação religiosa estão presentes ⁸. Resta saber se essa dinâmica derivada da comparação entre

⁸ Gray, Perl & Medyna (2006), analisando a eleição presidencial norte-americana de 2004, sugerem que essa revela que a idéia de um “voto católico” é um mito, uma vez que John Kerry (católico) não recebeu elevada concentração de voto entre os católicos. É importante mencionar, no entanto, que o candidato Kerry em nenhum momento da campanha mobilizou, com objetivos eleitorais, sua identidade religiosa. Além disso, algumas de suas posições a respeito de questões sociais (como aborto, por exemplo) o colocaram em conflito com o segmento e o establishment católico.

as eleições presidenciais de 2002 e de 2006⁹ também se reproduz no plano subnacional (em eleições para prefeito e governador) e em eleições proporcionais.

Estudos adicionais são necessários para verificar se, no Brasil, as igrejas também funcionam como “comunidades políticas” e quais são os efeitos políticos da socialização religiosa.

Finalmente, os evangélicos apresentam as maiores taxas de insatisfação com o funcionamento do regime democrático no Brasil e a probabilidade mais elevada de desenvolverem atitudes ambivalentes em relação à democracia. Esses resultados são preocupantes, uma vez que, conforme apontado pela literatura, há uma tendência de crescimento desse segmento no país. Estudos adicionais são necessários a esse respeito, especialmente, investigações que mapeiem o capital social deste grupo e o das minorias não religiosas. É imprescindível saber se a insatisfação e a ambivalência democrática são produtos da falta de opções partidárias que sistematicamente mobilizem a identidade de grupo – independentemente da existência ou não de candidatos com opções religiosas similares.

⁹ Esse artigo representa um exercício de criação de teoria (theory building), muito mais do que de teste de teoria.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, M. "Sí se puede! Latino Candidates and the Mobilization of Latino Voters". *American Political Science Review*, vol.101, nº. 3, p.425-42, 2007.
- BOLCE, L & MAIO, G. "The Anti-Christian Fundamentalist Factor in Contemporary". *Public Opinion Quarterly*, vol.63, nº.4, p.508-42, 1999.
- BERRYMAN, P. *Religion in the megacity: Catholic and Protestant Portraits from Latin America*. Maryknoll, NY: Orbis, 1996.
- _____. "Churches as winners and losers in the network society". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol.41, nº.4, p.21-34, 1999.
- BOHN, S. "Evangélicos no Brasil. Perfil sócio-econômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral". *Opinião Pública*, vol.10, nº.2, p.288-338, 2004.
- BROOKS, C. "Religious influence and the politics of family decline concern: trends, sources and U.S. political behavior". *American Sociological Review*, vol.67, nº.2, p.191-211, 2002.
- BURDICK, J. "Why is the Black Evangelical Movement Growing in Brazil?". *Journal of Latin American Studies*, vol.37, p.311-32, 2005.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society. The information age: economy, society and culture*. Oxford: Blackwell, 1996.
- CLEARY, E. & STEWART-GAMBINO, H. (eds.). *Power, politics and pentecostals in Latin America*. Boulder: Westview Press, 1997.
- ÇARKOGLU, A. & HINICH, M. "A spatial analysis of Turkish party preferences". *Electoral Studies*, vol.25, nº.2, p.369-92, 2006.
- COPPEDGE, M. "A classification of the Latin American Political Parties". *Working Paper*, vol.244, University of Notre Dame, 1997.
- DOLAN, J. *The American Catholic Experience: A history from colonial times to the present*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992.

DROGUS, C. A. "No land of milk and honey: Women CEB activists in posttransition Brazil". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol.41, n°.4, p.35-51, 1999.

ERZEN, T. "Warriors for Christ: The Electoral Politics of the Religious Right". *New Labor Forum*, vol.14, n°.3, p.45-52, 2005.

FERNANDES, R. et al. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FIORINA, Morris. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

FONTAINE TALAVERA, A. & BEYER, H. *The evangelical movement in Chile*. Acton Institute Press, 1998.

FRESTON, P. Brother votes for brother: The new politics of protestantism in Brazil. In: GARRARD-BURNETT, V. & STOLL, D. *Rethinking protestantism in Latin America*. Philadelphia: Temple University Press, 1993.

_____. *Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America*, Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GARRARD-BURNETT, V. & STOLL, D. *Rethinking protestantism in Latin America*. Philadelphia: Temple University Press, 1993.

GASKILL, N. "Rethinking protestantism and democratic consolidation in Latin America". *Sociology of Religion*, vol.58, n°.1, p.69-91, 1997.

GILBERT, C. *The impact of churches on political behavior: an empirical study*. Westport: Greenwood Press, 1993.

GOMEZ, I. et al. "Religious and social participation in war-torn areas of El Salvador". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol.41, n°.4, p.53-71, 1999.

GRAY, M. PERL, P. & BENDYNA, M. "Camelot only comes but once? John F. Kerry and the Catholic Vote". *Presidential Studies Quarterly*, vol.36, n°.2, p.203-222, 2006.

GREEN, J. et al. (eds.). *The Christian Right in American Politics: Marching to the the Millenium*. Washington: Georgetown University Press, 2003.

HELLER, A. *Renaissance man*. New York: Routledge, 1978.

HUCKFELDT, R., PLUTZER, E. & SPRAGUE, J. "Alternative contexts of political behavior: churches, neighborhoods, and individuals". *Journal of Politics*, vol.55, nº.2, p.365-81, 1993.

IRELAND, R. *Kingdoms Come: Religion and Politics in Brazil*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 1991.

_____. "A pentecostal Latin America?". *The Way*, vol.38, nº.3, p.209-20, 1998.

_____. "Popular religions and the building of democracy in Latin America: saving the Tocquevillean Parallel". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol.41, nº4, p.111-36, 1999.

KALSING, V. "O debate do aborto: a votação do aborto legal no Rio Grande do Sul". *Cadernos Pagú*, vol.19, p.279-314, 2002.

KINZO, M. D. "O quadro partidário e a constituinte". In: LAMOUNIER, B. (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré/IDESP.

KOSS, S. *Nonconformity in modern British politics*. London: Batsford, 1975.

KOTLER-BERKOWITZ, L. "Religion and voting behavior in Great Britain: a reassessment". *British Journal of Political Science*, vol.31, nº3, p.523-54, 2001.

LAYMAN, G. "Religion and political behavior in the United States. The impact of beliefs, affiliations, and commitment from 1980 to 1994". *The Public Opinion Quarterly*, vol.61, nº.2, p.288-316, 1997.

_____. *The great divide*. Religious and cultural conflict in American Party politics. New York: Columbia University Press, 2001.

LEEGE, D. & KELLSTEDT, L. (eds.). *Rediscovering the religious factor in American Politics*. Armonk: M. E. Sharpe, 1993.

LIJPHART, A. *Democracy in plural societies*. New Haven: Yale University Press, 1977.

LIJPHART, A. "Religious vs. Linguistics vs. Class Voting". *American Political Science Review*, 73, p.442-58, 1979.

LIPSET, S. & ROKKAN, S. Cleavage structures, party systems and voter alignments. In: LIPSET, S. & ROKKAN, S. (eds.). *Party systems and voter alignments*. New York: The Free Press, 1967.

MACALLISTER, I.; FIELDHOUSE, E. & RUSSELL, A. "Yellow Fever? The political geography of Liberal voting in Great Britain". *Political Geography*, vol.21, p.421-47, 2002.

MARTIN, D. *Tongues of fire: The explosion of Protestantism in Latin America*. Oxford: Blackwell, 1990.

THE NEW YORK TIMES. "The hidden swing vote". New York, A17(L), 04 set.2004.

NOVAES, R. "A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política". *Revista da USP*, São Paulo, vol.49, p.60-81, Mar-Mai, 2001.

ORTIZ, R. *Mundialización y Cultura*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1997.

_____. "Anotações sobre religião e globalização". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16 (47), p.59-74, 2001.

ORO, A. "Políticos e religião no Rio Grande do Sul, Brasil". *Horizontes Antropológicos*, 12 (26), p.185-201, 2001.

_____. "A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (53), p.53-69, 2003.

PATTERSON, E. "Religious Activity and Political Participation: The Brazilian and Chilean Cases". *Latin American Politics and Society*, 47 (1), p.1-29, 2005.

PIERUCCI, A. F. "Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte". *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 11, p.104-32, 1989.

_____. "Religião como solvente: uma aula". *Novos Estudos – CEBRAP*, 75, p.111-127, 2006.

PIERUCCI, A. F. & PRANDI, J. R. "Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994". *Opinião Pública*, vol.3, nº.1, p.20-43, jun.1995.

PIERUCCI, A. F. & MARIANO, R. "O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor". *Novos Estudos Cebrap*, 34, p.92-106, nov.1992.

PUTNAM, R. *Making democracy work*. Civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

ROSE, R. & URWIN, D. "Social cohesion, political parties and strains in regimes". *Comparative Political Studies*, 2, p.7-67, 1969.

RYAN, T. *Modern experimental design*. Hoboken, NJ: Wiley-Interscience, 2007.

SELKA, S. "Ethnoreligious identity politics in Bahia, Brazil". *Latin American Perspectives*, vol.32, nº.1, p.72-94, 2005.

SHEHABUDDIN, E. "Beware the bed of fire: gender, democracy, and the Jama'at-i Islami in Bangladesh". *Journal of Women's History*, 10 (4), p.148-71, 1999.

SMILDE, D. El Clamor por Venezuela: Latin American Evangelicalism as a Collective Action Frame. In: SMITH, C. & PROKOPY, J. (eds). *Latin American Religion in Motion*. New York: Routledge, 1998.

STEIGENGA, T. *The politics of the spirit. The political implications of pentecostalized religion in Costa Rica and Guatemala*. Lanham: Lexington Books, 2001.

STOLL, D. *Is Latin America turning protestant?* The politics of evangelical growth. Berkeley: University of California Press, 1990.

SWATOS, W. "On Latin American Protestantism". *Sociology of Religion*, 55 (2), p.84-97, 1994.

THE ECONOMIST. "The triumph of the religious right". London, 373 (8401), p.29-31, 2004.

VAZQUEZ, M. "Toward a New Agenda for the Study of Religion in the Americas". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 41 (4), p.1-20, 1999.

WALD, K.; OWEN, D. & HILL, S. "Churches as political communities". *American Political Science Review*, 71 (2), p.497-508, 1998.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1989.

WILCOX, C. *Onward Christian Soldiers? The religious right in American Politics*. Boulder: Westview Press, 1996.

WILCOX, C. & SIGLEMAN, L. "Political mobilization in the pews: Religious contacting and electoral turnout". *Social Science Quarterly*, vol.82, nº.3, p.524-535, 2001.

Apêndice

Renda (menor = 1; maior =10)

Gênero (mulher=1; homem=0)

Faixa etária (jovem=1; idoso=5)

Educação (menor = 1; maior =8)

Auto-posicionamento esquerda-direita (esquerda=1; direita=11)

Sofisticação política (1=baixa sofisticação; 10= elevada sofisticação)

[Soma das respostas corretas às seguintes questões: "Agora para finalizar, gostaria que o(a) senhor(a) me dissesse se as seguintes frases estão certas ou erradas: a) Geraldo Alckmin pertence ao PTB; b) O presidente da república tem um mandato de 4 anos; c) Os deputados da Câmara Federal são eleitos pelo voto majoritário; d) O presidente Lula foi eleito pelo PT"]

Avaliação do governo Lula (1=muito bom; 4=péssimo)

Rejeição ao PT, PSDB, PFL, PMDB (1=jamais votaria nesse partido; 0=votaria)

Identidade partidária (1= sim; 0= não)

Satisfação com o desempenho da democracia no Brasil (1= satisfeito e muito satisfeito; 2= nem satisfeito, nem insatisfeito; 3= pouco ou nada satisfeito)

Avaliação do desempenho dos partidos políticos (1= péssima; 6= ótima)

Faz diferença quem governa o Brasil (1= faz grande diferença; 5= não faz diferença)

Religião Católica, Evangélica pentecostal, Evangélica não-pentecostal (1= membro; 0= não membro)

Sem Religião (1=sim; 0= não)